



00114298520174013400

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**Processo: 11429-85.2017.4.01.3400**

**Classe: 7100 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

**Demandante: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (FENAJUFE)**

**Demandada: UNIÃO FEDERAL**

---

**DECISÃO**

**1 – RELATÓRIO**

Em rápida síntese, trata-se de **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** proposta pela **FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FEDERAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (FENAJUFE)** contra a **UNIÃO FEDERAL**, na qual, **em sede liminar**, postula: **a)** seja a ré compelida a comprovar, nestes autos, via documentação hábil, a veracidade dos dados financeiros que embasam a afirmação de que, atualmente, o sistema de previdência social do País seria mesmo deficitário (atingindo 140 bilhões de reais); **b)** a imediata proibição da veiculação de peças publicitárias, criadas pela ré, com o escopo de fomentar opinião pública favorável quanto ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016 (cunhada como a “**PEC da Reforma da Previdência**”), atualmente em trâmite perante o Congresso Nacional.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Para tanto, naquilo que interessa, sustenta: **1º) QUE**, segundo levantamento elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP (isto é, pela entidade que congrega o corpo dos servidores técnicos federais que têm, como uma das principais competências, justamente, zelar pela arrecadação dos recursos públicos que custeiam o sistema previdenciário federal), não seria correta a metodologia de cálculo adotada pela ré para justificar o *déficit* anual de até 140 bilhões de reais que está sendo utilizado como principal fundamento para justificar a agressiva proposta de reforma previdenciária apresentada; **2º) QUE**, por isso, seriam ilícitas as peças publicitárias aqui objeto de exame, pois, já que lastreadas em dados errôneos, estariam induzindo a erro o grande público e criando uma falsa compreensão da realidade sobre tão relevante tema; **3º) QUE**, em última análise, por envolver o uso de recursos públicos, tal prática seria passível de enquadramento na categoria de crime de improbidade administrativa, além de violar uma série de normativos legais que asseguram o direito do público-alvo receber informações fidedignas e, assim, não ser vítima de publicidade enganosa, inverídica e/ou manipulada.

Era o que cabia relatar neste momento de deliberação.

Decido.

**2 – FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1 – INTRÓITO NECESSÁRIO**

Inicialmente, antes de se adentrar no enfrentamento dos pedidos de



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

liminar formulados, entendo por bem deixar consignadas algumas considerações iniciais.

**2.1.1 – DA VIABILIDADE DO PROSSEGUIMENTO DA PRESENTE ACP MESMO DIANTE DA PROPOSITURA DE AÇÃO, COM ESCOPO PARCIALMENTE SIMILAR, PERANTE A SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL. CAUSA DE PEDIR E PEDIDO DIVERSOS. COMPETÊNCIA AMPLIADA PELO FORO NACIONAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.**

A primeira delas é que não se desconhece a existência da ação nº 5012400-56.2017.4.04.7100/RS, atualmente em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e cujo escopo também é examinar a possível ilegalidade da campanha publicitária narrada na peça inaugural.

Todavia, ao fazer um rápido cotejo entre os dois feitos, denota-se que, além da ausência de identidade subjetiva (polo ativo), as causas de pedir e pedidos são diversos.

Enquanto, naquele feito, o cerne da pretensão reside, essencialmente, no suposto uso indevido de recursos públicos para patrocinar tal campanha (lá tachada como de viés político-partidário), aqui, a causa de pedir central repousa na aventada inveracidade da informação divulgada, por meio das peças publicitárias questionadas, de que o sistema previdenciário brasileiro estaria amargando *deficit* anual acima dos 140 bilhões de reais.

Da mesma forma, o rol de pedidos aqui formulados parece ser mais



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

amplo.

Afinal, incidentalmente, a ré está sendo instada a comprovar nos autos, por meio de documentação técnica hábil, a veracidade acerca da efetiva existência do *deficit* por ela divulgado via as campanhas de convencimento popular que tem desencadeado nos últimos dias.

Logo, é possível identificar a existência de autonomia entre as pretensões ofertadas em cada feito.

Isso tudo, sem contar que, por vontade do Poder Constituinte Originário (CF/88, art. 109, §2º), esta Seção Judiciária do Distrito Federal guarda competência territorial ampliada por ser foro nacional.

Vai daí, ao menos dentro de um juízo perfunctório, não vislumbro razões jurídicas para determinar a reunião dos feitos e/ou para obstar a tramitação desta AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

**Todavia, por razões de lógica processual, antecipo que, diante da noticiada liminar deferida no bojo da citada ação nº 5012400-56.2017.4.04.7100/RS, ao menos no presente momento, considero como parcialmente dispensável o enfrentamento do pedido de liminar para (aqui também) obstar, totalmente, as ações desencadeadas pelo governo federal com o escopo de divulgar e defender a sua proposta de reforma previdenciária.**



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**Até porque, conforme raciocínio a ser desenvolvido ao longo da presente decisão, na parte que realmente interessa a esta demanda, o deferimento parcial de tal medida já seria suficiente.**

**2.1.2 – DA DELIMITAÇÃO DA REAL QUESTÃO DE FUNDO A SER ENFRENTADA NESTA AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

De outro prisma, conforme é possível ser extraído do relatório supra, a ação proposta tem como questão de fundo o debate e a confirmação (ou não) do **principal argumento oferecido pelo governo federal** para justificar a defesa difundida de alteração constitucional.

Em outras palavras, a veracidade ou não da existência de um rombo anual de 140 bilhões entre as receitas e as despesas da rede nacional de proteção previdenciária.

É nisso que repousa a verdadeira celeuma dos autos.

Afinal, segundo será oportunamente tratado, é justamente a suposta existência desse expressivo *déficit* anual de 140 bilhões de reais que tem servido de lastro àquela que promete ser a mais radical reforma da previdência nacional.

**2.1.3 – DO INTERESSE DE TODA A SOCIEDADE BRASILEIRA NA ELUCIDAÇÃO DESSA QUESTÃO DE FUNDO LIGADA AO AVENTADO DÉFICIT ANUAL DE 140 BILHÕES DE REAIS NA REDE DE**



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**PREVIDÊNCIA NACIONAL**

Tema esse que, em última análise, perpassa o interesse da autora e de seus representados.

Isso porque, segundo será oportunamente tratado, as mudanças propostas (caso aprovadas na forma encaminhada ao Congresso) não atingirão apenas toda a gama de servidores do Poder Judiciário Federal e do Ministério Público Federal, mas, também, todos os demais servidores e empregados públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Igualmente, também serão atingidos em cheio todos os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Em outras palavras, se considerarmos que a nossa sociedade está essencialmente lastreada em relações familiares, direta ou indiretamente, a PEC nº 287/2016 impactará a vida de quase todos os 205 milhões de brasileiros.

E, por óbvio, pelos termos do projeto encaminhado, impactará de maneira severamente negativa.

Note-se que praticamente todos os seus dispositivos preveem a supressão (total ou parcial) de direitos que, atualmente, são assegurados pela ordem constitucional.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Não é exagero afirmar que, caso aprovada a proposta, assistiremos ao **surgimento de um NOVO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO (público e privado), com efeitos sociais significativos (negativos, por óbvio).**

E, como dito, a intensidade dessa radical mudança tem sua força motriz no alegado rombo anual de 140 bilhões de reais, questionado pela autora.

**2.1.4 – DA VIABILIDADE JURÍDICA DE SE PERMITIR A EVENTUAL INTERVENÇÃO DE *AMICUS CURIAE* NOS AUTOS**

Por isso, dada à relevância, repercussão social e natureza técnica da controvérsia, entendo que, inobstante este juízo ter um razoável domínio da matéria atuarial ligada aos regimes previdenciários (acumulado ao longo de quase 15 anos atuando em atividades afins), para uma melhor qualidade na prestação da desafiadora tutela jurisdicional requerida nos autos, deve-se facultar a eventual intervenção de possíveis *amicus curiae*, dentro da nova concepção de processo, esculpida no art. 138 do vigente Código de Processo Civil, *verbis*:

“Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecurável, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

§ 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.

§ 2º Caberá ao juiz ou ao relator, na decisão que solicitar ou admitir a intervenção, definir os poderes do *amicus curiae*.

§ 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.”



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Intervenção facultativa cujos limites estão elencados na parte dispositiva desta decisão.

**2.1.5 – DA DETERMINAÇÃO DE TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL DO FEITO**

Aliás, se, **de um lado**, os segurados em geral (aqui, coletivamente representados, por presunção legal, pela parte autora) têm o direito de elucidar a real existência ou não do aventado *déficit* previdenciário bilionário; **de outro**, os interesses nacionais na reforma previdenciária (ficticiamente sob responsabilidade da ré União) não podem ficar *ad eternum* submetidos a questionamentos judiciais e/ou extrajudiciais.

Portanto, inobstante a complexidade da elucidação e da avaliação jurídica a serem feitas acerca do tema central da controvérsia, o interesse público recomenda uma célere prestação da tutela jurisdicional.

Isso significa dizer que, excepcionalmente, ao menos até que venham aos autos elementos suficientes para um juízo mais exauriente sobre a questão central, o feito deverá tramitar com total prioridade perante às demais ações que integram o acervo deste juízo.

Ficando, inclusive, autorizada a chamada “tramitação em mesa”.

**2.2 – ASPECTOS HISTÓRICOS RELEVANTES ACERCA DO SURGIMENTO E DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NACIONAL**

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ROLANDO VALCIR SPANHOLO em 20/03/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 68091583400242.





0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Feitos tais registros, passo a enfrentar o cerne do pedido de liminar formulado, isto é, o exame técnico da real situação financeira do nosso sistema previdenciário.

Por isso, como forma de facilitar e amparar o exercício de tal *mister*, torna-se necessário, primeiramente, deixar registrado um breve apanhado inerente ao **surgimento e evolução histórica do sistema que ora se pretende alterar radicalmente.**

**2.2.1 – DOS PRIMEIROS BENEFÍCIOS SURGIDOS DURANTE O PERÍODO DO IMPÉRIO**

Com efeito, segundo a doutrina especializada e dados disponíveis na rede mundial de computadores, ainda antes da Independência, Dom Pedro I, na condição de Príncipe Regente, editou uma “**Carta de Lei**”, concedendo aos **professores régios** o direito à jubilação, após 30 anos de serviço.

No ano de 1835, foi criado o **Montepio Geral dos Servidores do Estado**, o qual outorgava aos seus membros, mediante o pagamento de cotas, o direito a uma pensão cujo beneficiário seria previamente escolhido pelo interessado.

Em 1888, por meio do Decreto nº 9.912-A, reconheceu-se o direito à aposentadoria aos **empregados dos CORREIOS** (após 30 anos de serviço e 60 de idade).



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**2.2.2 – DA LEI ELÓI CHAVES**

Na sequência, após terem sido criados vários fundos de pensões para os **trabalhadores das estradas de ferro** e das **forças armadas**, surge a **Lei Elói Chaves** (em 1923), que cria uma caixa de aposentadorias e pensões para beneficiar os colaboradores das **empresas ferroviárias**.

Lei essa que é considerada como a primeira lei previdenciária do Brasil e que, em seguida, permitiu que o mesmo benefício fosse estendido para além do setor ferroviário (agora não mais sob a denominação de caixa, mas de **Institutos de Aposentadoria e Pensões**).

**2.2.3 – DA EXTENSÃO DOS BENEFÍCIOS PARA TODA A POPULAÇÃO ATIVA E DA UNIFICAÇÃO DO SISTEMA**

No ano de 1945, já após o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho, criou-se o **Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB)**, através do Decreto-Lei nº 7.526/45 (pouco depois, surgiu o **Conselho Superior da Previdência Social e o Departamento Nacional de Previdência Social**).

Com a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), houve a **unificação de todas as instituições previdenciárias** então existentes e os benefícios do seguro social passariam a ser estendidos para **toda a população ativa do país** (constituía na primeira tentativa de universalização da previdência social no Brasil).

Todavia, o governo que chegou ao poder em 1946 tornou sem aplicação o



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

crédito orçamentário destinado à instalação do ISSB, o qual não chegou a ser implementado de fato.

Assim, a unificação só veio a ocorrer mesmo quando da edição da **Lei nº 3.807/60**, a qual criou a **Lei Orgânica de Previdência Social** (LOPS) e elevou o limite de idade para a aposentadoria de 50 para 55 anos (já sob o conhecido e ainda hoje “atual” argumento de que a expectativa de vida teria aumentado e que seria necessário evitar inativações precoces), aplicado igualmente para homens e mulheres.

**2.2.4 – DA CRIAÇÃO DO INPS E DO SURGIMENTO DO FUNRURAL**

Em 1963, criou-se o **Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural** (FUNRURAL) e o **Regime Único dos Institutos de Aposentadorias e Pensões**.

Ao passo que, por força do Decreto-Lei nº 72/66, reuniu-se os seis Institutos de Aposentadorias e Pensões então existentes, fazendo surgir o **Instituto Nacional de Previdência Social – INPS**.

No ano de 1967, o Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado pelo Decreto-Lei nº 276/67, ficando o plano de prestações limitado às assistências médica e social, suprimindo-se os benefícios em dinheiro.

Da mesma forma, o INPS passou a arrecadar as contribuições rurais (vinculadas a um percentual sobre a comercialização do produto rural), transferindo-se ao adquirente dos produtos a obrigação de retê-las e recolhê-las (como forma de facilitar a fiscalização).



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**2.2.5 – DO SURGIMENTO DO PRÓ-RURAL E DA SEPARAÇÃO DOS SISTEMAS URBANO E RURAL DE PREVIDÊNCIA**

Em 1971, por meio da Lei Complementar nº 11/71, criou-se um programa de assistência ao trabalhador rural, dando vida ao FUNRURAL, por meio do **Programa de Assistência ao Trabalhador Rural** (PRÓ-RURAL).

PRÓ-RURAL cuja execução ficou delegada ao FUNRURAL (que passou a ter personalidade jurídica de **autarquia**).

Com tal programa, o segurado trabalhador rural passou a poder contar com prestação de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e serviço de saúde aos trabalhadores rurais e aos seus dependentes.

Inicialmente, ficou equiparado ao trabalhador rural apenas o produtor que trabalhava na atividade rural sem empregado.

Depois, os benefícios do Pró-Rural foram estendidos, respectivamente, aos pescadores e aos garimpeiros (Decretos nºs 71.498/72 e 75.208/75).

Contudo, como não havia contribuição direta (aos moldes do sistema urbano), **o PRÓ-RURAL era mais um sistema assistencial do que propriamente um sistema previdenciário.**



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Isso porque, os segurados rurais recebiam os benefícios independentemente de recolhimentos.

E, por isso, era severamente restrito o rol de beneficiários.

Por exemplo, apenas um membro do grupo familiar tinha direito à aposentadoria por velhice (que tinha como idade mínima 65 anos).

Igualmente, a cônjuge supérstite somente faria *jus* à pensão por morte se demonstrasse que o falecido era incapaz.

**2.2.6 – DA NOVA REGULAMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL URBANA IMPLEMENTADA PELA CLPS/84**

Todavia, em 1984, com o advento do Decreto nº 89.312/84, restou aprovada a **Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS/84)**, que deu nova regulação à previdência social urbana do País.

**2.2.7 – DA COEXISTÊNCIA DE SISTEMAS PARALELOS DE PREVIDÊNCIA URBANA E RURAL E DA REUNIFICAÇÃO DETERMINADA PELA CF/88**

Ou seja, desde a criação do PRÓ-RURAL, em 1971, no Brasil, coexistiam dois sistemas paralelos de previdência social.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Todavia, com a **nova ordem constitucional de 1988**, ambos os **sistemas foram reunificados no Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**, conforme disposto no art. 194, parágrafo único, II, da Carta Magna (“*uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais*”).

Reunificação essa que restou consolidada com a publicação da Lei nº 8.213/91 (art. 2º, II).

**2.2.8 – DOS DEMAIS REGIMES QUE PASSARAM A TER LASTRO CONSTITUCIONAL POR FORÇA DE OPÇÃO POLÍTICA DO PODER CONSTITUINTE DERIVADO (EC nº 20/98)**

Ocorre que, posteriormente, por força da atuação legislativa do **Poder Constituinte Derivado**, também passaram a ter lastro constitucional:

a) o **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)**, introduzido no *caput* do art. 40 da Carta Magna pela Emenda Constitucional nº 20/98 (regulamentado pela Lei nº 9.717/98); e,

b) o **Regime Complementar de Previdência**, igualmente, introduzido no *caput* do art. 202 (privado) e no §14 do art. 40 (público) da Lei das Leis pela Emenda Constitucional nº 20/98 (respectivamente, regulamentados pelas Leis Complementares nºs 109/01 e 108/01).

**2.2.9 – DOS REGIMES ESPECIAIS DE PREVIDÊNCIA**

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ROLANDO VALCIR SPANHOLO em 20/03/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 68091583400242.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Entretanto, por vontade política do legislador pátrio, em paralelo a eles, há, ainda, **o regime previdenciário ESPECIAL dos militares**, que segue as diretrizes da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), com as alterações da Lei nº 10.416/02 e MP nº 2.215-10/01.

Devendo ficar registrado que eles apenas contribuem para a pensão, estando, portando, dispensados de contribuir para obter os demais benefícios previdenciários.

Aliás, vale lembrar que o STF tem firme jurisprudência no sentido de excluir os militares do conceito técnico de “servidor público”.

Da mesma forma, ainda na seara dos regimes especiais, vale recordar que o **antigo Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC** (criado pela Lei nº 4.284/63 e regido pela Lei nº 7.087/82) foi extinto pela Lei nº 9.506/1997, sendo sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Casas legislativas essas que assumiram, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas.

Vai daí, atualmente, os Deputados Federais e Senadores são segurados do Plano de Seguridade Social dos Congressistas.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**2.2.10 – DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA QUE COEXISTEM EM NOSSO SISTEMA**

Assim, atingimos o atual formato do Sistema Previdenciário Brasileiro, que vem composto por **quatro regimes distintos**: a) **o Regime Geral de Previdência Social** (art. 201 da CF/88, Lei nº 8.212/91 e Lei nº 8.213/91); b) **os Regimes Próprios de Previdência** (CF/88, art. 37, XIX, e art. 249; Lei nº 9.717/98; Portaria MPS nº 402/08 e Orientação Normativa SPS nº 02/09); c) **o Regime Complementar de Previdência** (CF/88, art. 202 e art. 40, §14; Leis Complementares nºs 108/01 e 109/01); d) **os Regimes Especiais de Previdência** (militares e congressistas).

Sempre lembrando que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (também chamados de “oficiais” ou “básicos”) são públicos e de filiação obrigatória.

Garantem, respectivamente, aos trabalhadores da iniciativa privada e aos empregados públicos celetistas e aos servidores públicos efetivos proteção previdenciária contra riscos sociais previamente definidos, assegurando-lhes renda que resguarde sua existência digna (CF/88, art. 201 c/c art. 40).

Já, a Previdência Complementar confere um *plus* protetivo, de caráter facultativo, àqueles que desejam manter, quando da sua inatividade, o mesmo poder aquisitivo e padrão de vida existente na atividade (CF/88, art. 202 c/c art. 40, §§14 a 16).

**2.2.11 – DA INTRODUÇÃO NO SISTEMA DO MODELO DA CAPITALIZAÇÃO**

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ROLANDO VALCIR SPANHOLO em 20/03/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 68091583400242.





0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**EFETIVADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98.**

De extrema relevância é dizer que, até o advento do Regime Complementar de Previdência (EC nº 20/98), o sistema previdenciário público seguia rigorosamente apenas o **modelo de REPARTIÇÃO SIMPLES** (na qual os ativos contribuem para financiar os benefícios dos inativos, dentro da concepção de uma solidariedade entre gerações).

Contudo, por meio da Reforma Previdenciária colmatada via a Emenda Constitucional nº 20/98, tal modelo **deixou de ser exclusivo no serviço público**.

Isso porque, nossa ordem constitucional passou a legitimar, também, o sistema de previdência complementar dentro (em verdade, é paralelo) do sistema público de previdência.

Sistema esse que, seguindo padrão mundial, está calcado no **modelo da CAPITALIZAÇÃO** (baseado na individualidade, segundo a qual cada segurado contribui para o seu próprio benefício futuro, estabelecendo desta forma uma correspondência entre o custeio e o benefício de cada um).

Porém, a sua aplicação não seria geral.

A partir de um grande embate democrático, no exercício do seu Poder Constituinte Derivado, a maioria absoluta dos congressistas de 1998 entendeu que, em nome dos primados do direito adquirido, da segurança jurídica, da proteção da justa expectativa, etc., **o MODELO DE CAPITALIZAÇÃO não poderia ser aplicado à toda a gama de servidores públicos que já haviam ingressado no serviço público** (CF/88, art.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

40, §16).

Ou seja, expressamente, a eles ficou constitucionalmente assegurada a garantia de vinculação apenas ao **modelo de REPARTIÇÃO SIMPLES**.

**2.3 – DOS ASPECTOS RELEVANTES DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA EM CURSO QUE SÃO DE INTERESSE AO DESLINDE DO PRESENTE FEITO**

**2.3.1 – DO PROPÓSITO DE ESTENDER A TODOS OS SERVIDORES PÚBLICOS DA ATIVA O MODELO DA CAPITALIZAÇÃO.**

Acontece que, no bojo da PEC 287/2016, há expressa pretensão de alteração desse quadro jurídico.

Segundo a proposta enviada ao Congresso, o **MODELO DA CAPITALIZAÇÃO** passaria a ser obrigatório para todos os servidores públicos, independentemente de terem ou não ingressado anteriormente à EC nº 20/98, conforme a ordem constitucional vigente assegura.

Em outras palavras, pelo projeto encaminhado para debate junto às nossas Casas Legislativas, praticamente todos os servidores ativos seriam obrigados a migrar para o Regime de Previdência Complementar.

**2.3.2 – DAS DEMAIS ALTERAÇÕES PRETENDIDAS PELO GOVERNO**

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ROLANDO VALCIR SPANHOLO em 20/03/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 68091583400242.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**FEDERAL.**

Além disso, também está expresso o propósito de alterar radicalmente questões como idade mínima e tempo mínimo de serviço/contribuição (cujo detalhamento aqui é irrelevante).

Para alguns especialistas, caso, de fato, viesse a ser aprovada na forma até aqui encaminhada, teríamos praticamente o fim das aposentadorias por tempo de contribuição/serviço como hoje conhecemos.

Aliás, paralelamente, também os benefícios de pensão por morte passariam por intensa mudança.

Mudanças essas que, na forma já referida, atingirão não apenas toda a gama de servidores e empregados públicos (da União, Estados, Distrito Federal e Municípios), como, inclusive, todos os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Logo, direta ou indiretamente, a PEC nº 287/2016 impactará, de forma negativa, a vida de quase todos os 205 milhões de brasileiros.

Impactará de forma negativa pois praticamente todos os seus dispositivos preveem a supressão total ou parcial de direitos hoje vigentes.

Reitere-se que não é qualquer exagero afirmar que, caso aprovada,



00114298520174013400

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

assistiremos ao **surgimento de um NOVO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO.**

**2.3.3 – DO PRINCIPAL ARGUMENTO PARA JUSTIFICAR TAL PROPOSTA. SUPOSTA EXISTÊNCIA DE ROMBO ANUAL SUPERIOR AOS 140 BILHÕES DE REAIS.**

E, consoante já igualmente salientado, **para justificar** a quebra do atual paradigma constitucional, **o governo federal tem invocado**, com veemência, a existência de um **deficit anual de aproximadamente 140 bilhões reais** entre as receitas e despesas do nosso sistema previdenciário (aqui considerados RGPS, RPPS e regime especiais).

**2.4 – DA APARENTE INEXATIDÃO/INCERTEZA QUE MACULA A PROJEÇÃO DIVULGADA PELO GOVERNO FEDERAL**

**2.4.1 – DOS INÚMEROS ESTUDOS TÉCNICOS QUE REFUTAM (total ou parcialmente) A TESE DO ROMBO DE 140 BILHÕES**

Ocorre que, diariamente, os meios de comunicação e as redes sociais têm divulgado muitas projeções técnicas demonstrando, no mínimo, a fragilidade da versão oficial usada como fundamento da proposta de reforma encaminhada.

E, de fato, conforme narrado na peça vestibular, dentre elas, ganha relevo o estudo técnico divulgado há alguns dias pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP.**



00114298520174013400

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Ganha relevo porque ela congrega o corpo dos servidores técnicos federais que tem, como uma das principais competências, justamente, zelar pela arrecadação dos recursos.

Ou seja, profissionais que detêm a experiência prática sobre o processo arrecadatório da União.

São eles que controlam e fiscalizam a ocorrência dos fatos geradores e a arrecadação de todas as exações tributárias que, em última análise, financiam não apenas o sistema previdenciário nacional, como toda a máquina pública.

Logo, dentro de uma lógica cartesiana dos fatos, dominam, como nenhuma outra categoria, os meandros de como deve ser apurada a verdadeira arrecadação que, por lei, irá custear o sistema previdenciário brasileiro.

Aliás, não é supérfluo lembrar que **o ponto nevrálgico da divergência entre governo e especialistas reside exatamente na “coluna receitas”**.

Desta forma, no nosso sentir, ao menos até que a ré esclareça de maneira convincente (via meios técnicos, claros e plausíveis) como chegou a um resultado tão destoante da imensa maioria dos especialistas do setor, **merecem crédito os estudos técnicos, como o elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP**, e invocados como lastro à pretensão apresentada pela parte autora.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Por óbvio, não se está aqui, em pleno juízo de delibação, reconhecendo que a metodologia adotada pela ré está totalmente equivocada e/ou que ela deve ser integralmente substituída pelos critérios díspares utilizados pela ANFIP.

No atual momento processual, o que se está reconhecendo é que, efetivamente, existem severas razões para se acreditar que os números oficiais divulgados (rombo de 140 bilhões de reais) não batem com a efetiva realidade do sistema previdenciário brasileiro.

Com efeito, basta um simples confronto para constar que o levantamento técnico da ANFIP apresenta um resultado diametralmente oposto daquele oferecido pelo governo federal.

E, na sua essência, a fonte de tamanha divergência repousa na forma de calcular as fontes de custeio dos benefícios previdenciários.

Para o Executivo, na coluna “receitas” somente poderiam figurar os ingressos oriundos de fatos geradores intimamente ligados à seara previdenciária (ou seja, basicamente, as contribuições sociais correspondentes às quotas patronais e das quotas inerentes aos respectivos segurados).

Já, para a ANFIP (e praticamente todos os demais especialistas), o rol dessas receitas seria bem mais vasto.

**2.4.2 – DA VEROSSIMILHANÇA DA TESE DEFENDIDA NESSES ESTUDOS**



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**TÉCNICOS.**

E, dentro de um juízo ainda superficial, reconheço que são persuasivos os argumentos da autora e de todos os profissionais que, por terem expertise na área atuarial, apontam sérias máculas ao cálculo apontado pelo governo federal.

Com efeito, dispõe o art. 195 da nossa Lei das Leis:

“Art. 194. A **seguridade social compreende** um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à **saúde**, à **previdência** e à **assistência social**.”

“Art. 195. **A seguridade social será financiada** por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, **mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:**

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:  
a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;

b) **a receita ou o faturamento;**

c) **o lucro;**

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

III - sobre a receita de **concursos de prognósticos**.

IV - **do importador de bens ou serviços do exterior**, ou de quem a lei a ele equiparar.

§ 1º - As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

§ 2º **A proposta de orçamento da seguridade social** será elaborada de **forma integrada** pelos órgãos responsáveis pela **saúde, previdência social e assistência social**, tendo em vista as



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias, **assegurada a cada área a gestão de seus recursos.**” (destaques acrescidos)

Logo, não precisa grande capacidade intelectual para compreender:

**1º) QUE** a seguridade social engloba as áreas da saúde, previdência e assistencial social;

**2º) QUE** as ações nessas três áreas serão custeadas **não apenas por receitas das contribuições sociais** elencadas no art. 195, como, também, de **recursos livres do orçamento** da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (“*mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais*”);

**3º) QUE** as contribuições sociais vertidas pelo empregador a partir da **receita/faturamento (PIS/COFINS - parcial)** e do **lucro (CSLL)** também integram o rol das fontes de custeio da previdência social (ainda que dividida com as áreas da saúde e assistência social);

**4º) QUE**, obrigatoriamente, a proposta orçamentária da seguridade social deve ser elaborada de maneira **“INTEGRADA”**.

Acrescente-se, ainda, que o art. 195, §8º, da Lei Maior, assegura que:

“§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem





0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

empregados permanentes, **contribuirão para a seguridade social** mediante a aplicação de uma **alíquota sobre o resultado da comercialização da produção** e farão jus aos benefícios nos termos da lei.”

Por isso, em tese, merece crédito o levantamento técnico apresentado pela ANFIP.

Afinal, diversamente da metodologia de cálculo adotada pelo governo federal, ela incluiu, por exemplo, na coluna das fontes de custeio, **o produto da arrecadação obtido pela União com a CSLL (lucro) e a PIS/COFINS (receita/faturamento)**.

O que, por si só, explica a grande diferença monetária entre uma e outra projeção.

Confirmando, assim, ao menos em parte, a verossimilhança da narrativa feita na exordial, isto é, que o governo federal estaria mesmo utilizando argumento não existente para forçar a aprovação do seu projeto de reforma previdenciária.

Note-se que o texto constitucional não empresta crédito à versão de que, por exemplo, receitas decorrentes de contribuições sociais sobre lucro e receita/faturamento não podem/devem integrar o rol das fontes de custeio do sistema previdenciário federal.

Desta feita, não constitui erva jurídica afirmar que ao menos parte das receitas dessas exações que têm como fato gerador o lucro e a receita (ou faturamento) devem, sim, ser contabilizadas para os fins de que trata a presente ação.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

O que, pela via reflexa, significa dizer, em tese, efetivamente (no mínimo em boa parte), não existe o *déficit* anual de 140 bilhões de reais divulgado pelo governo federal.

Fato esse de extrema relevância, pois, não sendo tão draconiana a realidade financeira do sistema, também é uma decorrência lógica que a reforma da previdência não precisa ser tão radical como tem sido proposta na PEC nº 287/2016.

Isso tudo, sem esquecer que, **ao promover sucessivas prorrogações de vigência da chamada DRU (Desvinculação de Receitas da União), a própria ré reconheceu que há sobra (e não falta) de recursos arrecadados** originalmente para custear despesas inerentes às ações de seguridade social.

Portanto, dentro de um juízo provisório, deve ser firmada a verossimilhança da tese defendida na inicial: **o governo está difundindo publicidade inexata quando sustenta a existência de um rombo anual de 140 bilhões de reais nas contas do sistema de proteção previdenciária do País.**

**2.5 – DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DEFLAGRADA EM ÂMBITO NACIONAL**

Não bastasse isso, mesmo ciente da relevância social da proposta apresentada e mesmo diante de tão bem fundamentadas críticas a sua tese do “rombo bilionário”, ao invés de convergir para o espancamento desse emaranhado de



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

dúvidas/questionamentos, o governo federal optou por deflagrar a intensa campanha publicitária aqui questionada pela autora.

Nela, há claro propósito de repassar à população em geral a “certeza” de que o rompo anual seria mesmo de 140 bilhões de reais.

Todavia, além de conter, como visto, informação não fidedigna, as peças publicitárias também não oferecem ao público-alvo os devidos esclarecimentos de como tal cifra foi apurada.

Muito menos é feito um contraponto técnico e isento aos inúmeros questionamentos formulados pelos especialistas no setor.

Pelo contrário!

Como bem pontuado na exordial, as peças publicitárias apenas tentam desconstruir a imagem daqueles profissionais e entidades que decidiram demonstrar possíveis erros no cálculo apresentado pelo governo (vide o teor da mídia acostada à fl. 69v. e da ata notarial de fls. 70/76).

Ou seja, não precisa grande esforço para constatar que **a campanha lançada tenta disseminar a cultura do medo** para cooptar o apoio de parcela da população e, desta feita, reverter a tendência de repulsa social à PEC nº 287/2016.

**Cultura do medo** que tem seu alicerce, justamente, na versão de que o



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

rombo anual da previdência seria de 140 bilhões de reais e que, caso não aprovada a reforma na forma apresentada, a população seria obrigada a suportar um novo aumento na carga tributária.

**2.6 – DA VEROSSIMILHANÇA PARCIAL DO PEDIDO DE LIMINAR APRESENTADO**

Vai daí, num apertado juízo perfunctório, é irrefutável que há verossimilhança no pedido liminar aqui apresentado pela parte autora.

Afinal, de fato, pelo contexto já narrado, não se pode (ao menos neste momento) emprestar certeza à versão de que, efetivamente, há *déficit* no sistema previdenciário nacional e/ou que ele atinge os 140 bilhões de reais apresentados pela ré.

Da mesma forma, não se pode olvidar que, diante do alto grau de incerteza, é demasiadamente temerário utilizar-se uma informação tão impactante em campanha publicitária de alcance nacional sem a devida certeza da sua veracidade.

Ainda mais, considerando que o grande foco das peças é atingir o público em geral que, por óbvio, não guarda vivência com temas de natureza atuarial.

Noutras palavras, impõe-se, também, reconhecer como plausível a necessidade de se fazer cessar a exploração daquela informação aparentemente distorcida (existência de *déficit* ou desequilíbrio financeiro), no mínimo, até que a ré carregue nos autos a prova cabal de que seu dado estatístico não é estapafúrdio, conforme tantos críticos



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

têm defendido.

**2.7 – DA TENTATIVA DE REPASSAR AOS SEGURADOS O ÔNUS DE ARCAR COM O CUSTO FINANCEIRO GERADO POR DECISÕES POLÍTICAS TOMADAS PELO PRÓPRIO PODER EXECUTIVO AO LONGO DO TEMPO**

Em verdade, qualquer operador do Direito, com um mínimo de vivência na área da gestão atuarial, sabe que o aventado “desequilíbrio financeiro” do sistema não decorre dos benefícios pagos com recursos dos fundos de previdência constituídos (RGPS e RPPSs).

São os benefícios pagos com “recursos livres” (isto é, aqueles pagos diretamente com recursos do caixa dos respectivos entes públicos) que fazem a conta ficar no “vermelho” (se adotarmos a tese do governo federal).

Todavia, isso não acontece por vontade ou por “privilégio” (segundo cunhado numa das peças publicitárias) do segurado inativo, mas, sim, como uma consequência das decisões políticas de governantes do passado que, muitas vezes, aproveitando-se de brechas legais e da condição de ordenadores de despesas, lançavam mão dos recursos/reservas que estavam destinados a custear, no futuro, o pagamento de benefícios previdenciários para financiar seus próprios programas de governo (obras, aquisição, auxílios, etc.).

Ou, então, por longos períodos, deixaram de recolher aos respectivos



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

fundos as contribuições sociais inerentes à quota-patronal devida sobre os valores pagos aos servidores públicos, obrigando a posterior extinção dos antigos fundos que haviam sido criados (diante da inanição financeira).

Sem esquecer que, mesmo após o advento da ordem constitucional de 1988, muitos entes públicos também sequer promoveram a criação de um fundo visando prover, financeiramente, o custeio das inativações de seus colaboradores.

Quadro caótico esse que somente foi alterado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98 e com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 43).

Portanto, até o início dos anos 2000, imperava a completa irresponsabilidade administrativa em relação ao futuro atuarial do sistema previdenciário nacional.

O que, de maneira direta, significa dizer que, exatamente na época em que a grande maioria dos atuais inativos estavam trabalhando, os entes preferiram aplicar as receitas das contribuições previdenciárias (já previstas no texto constitucional de 1988) em outros projetos de governo.

Logo, aparentemente, nada mais óbvio e justo que, hoje, esses mesmos entes públicos arquem com recursos livres (oriundos de outras fontes orçamentárias – como as contribuições sociais para o custeio da seguridade social) o pretense desequilíbrio que o governo federal afirma ter somente agora detectado.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Desequilíbrio que, reitere-se, foi gerado pela vontade política de antigos gestores e não propriamente pelos direitos previdenciários adquiridos pelos atuais inativos, ao longo dos anos de labuta.

*Concessa venia*, atenta contra a lógica cartesiana dos fatos a mera tentativa de se “apagar” e/ou ignorar os reflexos dos equívocos cometidos no passado.

Sobretudo, para tentar impor à atual geração de trabalhadores o ônus da irresponsabilidade atuarial de outrora.

E aqui não se está defendendo que age mal o governo federal em buscar, por precaução, uma solução futura para o tema.

Entretanto, também não se pode cegar para o fato de que, por meio da PEC nº 287/2016, o Executivo Federal optou pelo caminho mais cômodo, isto é, está tentando repassar a conta financeira dos erros políticos do passado diretamente à atual geração de trabalhadores segurados.

Por óbvio, não se está aqui pretendendo censurar o direito constitucional do Chefe do Poder Executivo propor alterações no corpo da Carta Política, muito menos, a legítima competência dos nossos legisladores para acolher (ou não) integralmente a proposta encaminhada.

Mas, diante da relevância social da matéria e da natureza coletiva da



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

presente demanda, não é demais deixar registrado que, em tese, existem alternativas menos drásticas (que parecem estar sendo desconsideradas) para ajudar a superar a preocupação com o equilíbrio atuarial manifestada pelo governo federal.

Ao que parece, estamos diante de **clara tentativa de repassar a todos os segurados ativos:**

a) os reflexos financeiros decorrentes da omissão do Executivo em concluir o processo de compensação decorrente da contagem recíproca entre os respectivos regimes (que, muito embora prevista há muitos anos em nossa legislação, ainda não foi totalmente implementada).

Vale lembrar que o artigo 201 da Constituição Federal define:

“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

(...)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, **é assegurada a contagem recíproca** do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que **os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente**, segundo critérios estabelecidos em lei.” (destacado)

Compensação essa que está regulamentada na Lei nº 9.796/99, no Decreto nº 3.112/99, na Portaria MPAS nº 6.209/99, na Portaria Interministerial nº 410/09 e na Portaria Conjunta nº 1/2013.





0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

**b)** os reflexos financeiros decorrentes da tardia implantação de ações visando à periódica reavaliação administrativa dos benefícios por incapacidade concedidos;

**c)** os reflexos financeiros oriundos do não cumprimento do poder-dever do INSS efetuar maior controle e conferência na veracidade das informações que constam nos formulários de Perfil Profissiográfico (PPPs e respectivos LTCATs), utilizados como base para o reconhecimento de atividades especiais;

**d)** os reflexos financeiros da opção política do Executivo de não estruturar adequadamente o órgão incumbido de promover a defesa judicial do INSS em todo o território nacional.

Não é supérfluo consignar que, semanalmente, por exemplo, em todo o País são realizadas centenas de audiências de instrução sem a presença de um Procurador Federal.

O que, por óbvio, dentro da distribuição dinâmica do ônus da prova, pode gerar graves prejuízos aos interesses do RGPS.

**e)** os reflexos financeiros oriundos dos acréscimos financeiros (juros, honorários de sucumbência, honorários periciais e custo de manutenção das ações – com Procuradores, servidores, etc.) gerados pela opção do INSS em não promover adequações administrativas visando reduzir a histórica e altíssima taxa de litigiosidade daquela autarquia.



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

f) os reflexos financeiros surgidos pela opção de não exercer ações mais efetivas visando prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e acidentes domésticos (que geram a concessão de inúmeros benefícios por incapacidade).

g) os reflexos financeiros advindos da gestão tardia e/ou deficitária na área de fiscalização e arrecadação das exações destinadas ao custeio da seguridade social.

h) os reflexos financeiros da opção política feita pelo Executivo Federal de não promover o andamento da cobrança judicial de débitos tributários inferiores a **UM MILHÃO DE REAIS** (Portaria nº 396/2016).

i) os reflexos financeiros da opção política da União em não estabelecer um percentual mínimo de suas receitas de Impostos para aplicação em ações de saúde pública, conforme já imposto aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sempre lembrando que, **ao promover sucessivas prorrogações de vigência da chamada DRU (Desvinculação de Receitas da União)**, a própria ré reconheceu que **há sobra (e não falta) de recursos** arrecadados originalmente **para custear despesas inerentes às ações de seguridade social**.

**3 – DISPOSITIVO**

**À vista de todo o exposto**, dentro de um juízo de prelibação e sem



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

prejuízo de posterior reavaliação, **DEFIRO PARCIALMENTE** o pedido de liminar formulado na peça inaugural **para DETERMINAR**:

**3.1) QUE** a União, no prazo de até 15 (quinze) dias:

**a)** esclareça e detalhe a metodologia utilizada para apurar o *deficit* previdenciário de até 140 bilhões de reais que tem intensamente divulgado nos últimos dias;

**b)** demonstre, via documentação hábil, o total das receitas obtidas por meio das exações elencadas no art. 195 da Constituição Federal (separadas por grupos), bem como o efetivo destino a elas dado, ao longo do período de 2012 a 2016;

**c)** demonstre, por meio de documentação, a divisão segmentada das despesas totais da seguridade social entre 2012 e 2016;

**d)** relacione o montante total de renúncias fiscais operacionalizadas na área das contribuições sociais naquele mesmo período;

**e)** detalhe o destino dado às receitas aplicadas sob o regime especial e transitório da DRU (**Desvinculação de Receitas da União – art. 76 do ADCT**) vigente entre 2012 a 2016;

**3.2) QUE a União,** até ulterior deliberação deste juízo e



0 0 1 1 4 2 9 8 5 2 0 1 7 4 0 1 3 4 0 0

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

independentemente do desfecho a ser adotado nos autos da ação judicial nº 5012400-56.2017.4.04.7100/RS, em trâmite perante a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, **cesse, imediatamente, a divulgação e/ou a exploração de qualquer menção acerca da informação (ainda não confirmada) de que o sistema previdenciário brasileiro amargaria déficit anual bilionário.**

**Cumpra-se com urgência e cite-se na forma da lei.**

Outrossim, com fulcro no artigo 138 do Código de Processo Civil, **fica facultada a eventual intervenção de *amicus curiae* nos autos**, sob as seguintes condições:

a) serão aceitos apenas pedidos formulados por entidades representativas de classe que demonstrem possuir fim social com pertinência temática ao objeto da ação, assim como, que tenham interesse em colaborar com informações técnicas relacionadas à controvérsia estabelecida;

b) as manifestações não poderão ultrapassar o teto de 100 laudas (já considerada eventual documentação anexa) e serão apensadas em autos suplementares, na forma de anexo, com vistas a não prejudicar a marcha processual.

Da mesma forma, pelas razões já expostas, **determino a tramitação preferencial da presente Ação Civil Pública** (ficando autorizada a chamada “**tramitação em mesa**”), também sem prejuízo de posterior reavaliação.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO ROLANDO VALCIR SPANHOLO em 20/03/2017, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 68091583400242.



00114298520174013400

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo Nº 0011429-85.2017.4.01.3400 - 21ª VARA FEDERAL

Com a vinda aos autos das informações, dê-se vista à parte autora para requerer aquilo que entender de Direito.

Intime-se o Ministério Público Federal para intervir, querendo, no feito.

Brasília, 20 de março de 2017.

(assinado digitalmente)

**ROLANDO VALCIR SPANHOLO**

**Juiz Federal Substituto da 21ª Vara da SJDF**